

**Carla Reis Longhi**

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Pós-doutora em Comunicação Social pela Universidad Complutense de Madrid. Docente do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Universidade Paulista.

**Lígia Regina  
Guimarães  
Clemente**

Mestre em Comunicação e Cultura Midiática pela Universidade Paulista (UNIP).

**Vozes dos atingidos pela usina  
hidrelétrica estreito: formações  
discursivas na comunicação  
do Movimento dos  
Atingidos por Barragens**

**Voices of affected by usina  
hidrelétrica estreito: discursive  
formations in the communication  
of Movement of People  
Affected by Dams**

**Voces de afectados por la usina  
hidrelétrica estreito: las  
formaciones discursivas en la  
comunicación del Movimiento de  
Afectados por Represas**

## RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre as vozes do sujeito atingido por barragens a partir das formações discursivas construídas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no site institucional [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br). Aborda-se a cobertura do Movimento, que tem atuado como porta-voz das comunidades impactadas por hidrelétricas no país desde os anos 1980, no caso da Usina Hidrelétrica Estreito, no período de 2010 a 2013. A partir das contribuições teóricas de Michel Foucault, discute-se sobre os sujeitos que constituem o discurso do MAB: quem fala, o que fala, o lugar desse discurso e problematiza-se sobre a visibilidade que as famílias atingidas encontram nesse espaço de comunicação do Movimento.

Palavras-chave: Movimento dos Atingidos por Barragens. Usina Hidrelétrica Estreito. Formações Discursivas.-

## ABSTRACT

This article aims to reflect on the voices of the subject hit by dams from the discursive formations built by the Movement of Dam Affected People (MAB) in [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br) institutional website. It deals with the coverage of the Movement, which has acted as spokesman for the communities impacted by dams in the country since the 1980s, in the case of *Usina Hidreletrica Estreito* in the period from 2010 to 2013. From the theoretical contributions of Michel Foucault, it discusses about the subjects that make up the MAB speech: the speaker, what is spoken, the place of this discourse, and it discusses about the visibility that the affected families find in that communication space of the movement.

Keywords: Movement of Dam-Affected People. Usina Hidrelétrica Estreito. Discursive Formations

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las voces de los sujetos afectados por las represas de las formaciones discursivas construidos por el Movimiento de Afectados por Represas (MAB) en [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br) sitio institucional. Se ocupa de la cobertura del Movimiento, que ha actuado como portavoz de las comunidades afectadas por las represas en el país desde la década de 1980, en el caso de la *Usina Hidrelétrica Estreito* en el período de 2010 a 2013. A partir de los aportes teóricos de Michel Foucault, discute si en las materias que constituyen el discurso del MAB: el altavoz, acerca de la charla y el lugar de este discurso y discute acerca de la visibilidad de las familias afectadas se encuentran en este espacio de comunicación del movimiento.

Palabras clave: Movimiento de Afectados por Represas. Usina Hidrelétrica Estreito. Formaciones Discursivas.

Submissão: 28-2-2016

Decisão editorial: 11-5-2017

## Introdução

A partir do contexto da construção de grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil, este texto preocupa-se em refletir sobre a visibilidade que o sujeito atingido por barragens adquire a partir da comunicação executada pelo movimento porta-voz dessa causa, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Atendo-se ao caso da Usina Hidrelétrica Estreito, situada nos estados do Maranhão e Tocantins, debruça-se sobre a construção do discurso do MAB no campo de tensões e negociações que envolvem a instalação de usinas hidrelétricas e os sujeitos que fazem parte desse processo: o poder público, o consórcio responsável pelas obras, associações, movimentos sociais, organizações não governamentais e comunidade impactada direta e indiretamente (ribeirinhos, agricultores, comerciantes, indígenas e outros).

Analisa-se aqui o *site* institucional do MAB na cobertura jornalística sobre a UHE Estreito no período de 2010 a 2013, com o intuito de perceber as Modalidades Enunciativas que compõem essas Formações Discursivas (FOUCAULT, 2000), identificando quais sujeitos falam, sobre o que falam e qual o lugar discursivo do Movimento.

Tomam-se como suporte teórico as reflexões de Michel Foucault, destacando-se os livros "A Ordem do Discurso" (2009) e "Arqueologia do Saber" (2000). Em "A Ordem do Discurso" o autor propõe métodos

de análise de desconstrução dos procedimentos que regem o discurso, no intuito de compreender a origem de sua formação. Aborda-se aqui, como ponto de partida, a noção de discurso como um conjunto de enunciados encadeados na mesma formação discursiva que fazem parte de uma conjuntura histórica e institucional que, em alguns termos, permite ou proíbe sua realização. Foucault considera que "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 2009, p. 20). Nessa perspectiva, o discurso já é, a princípio, um objeto de desejo e de poder. Assim, pensa-se essa problemática como parte de um contexto de uma sociedade regida por interdições (e permissões) do discurso e permeada por relações de poder.

Apropriando-nos dos conceitos trabalhados em "Arqueologia do Saber" (FOUCAULT, 2000), busca-se encontrar, num percurso metodológico, regularidades no discurso, como propõe Foucault, no conceito-noção de Formação Discursiva.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2000, p. 43).

A Usina em estudo, a UHE Estreito, foi inaugurada em 2012. Construída no rio Tocantins, é situada nos estados do Maranhão e Tocantins, com reservatório de abrangência em 12 municípios desses dois estados e alcançando 400 km<sup>2</sup> de terras inundadas. Sob responsabilidade do Consórcio Estreito Energia

(CESTE), formado pelas empresas multinacionais GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e *Intercement*, a Usina teve investimento na ordem de R\$ 5 bilhões e compõe uma das grandes metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) na área energética do país desta década. O processo de instalação do empreendimento, iniciado em 2008, foi marcado por diversos conflitos e despertou o debate sobre as questões relativas aos impactos trazidos em nível local (questões ambientais, socioeconômicas e territoriais), assim como o potencial desenvolvimento para a matriz energética brasileira gerado pela barragem.

## 1. O Sujeito Atingido por Barragem

Para compreender quem é o sujeito “atingido por barragens” é válido considerar que, aproximadamente, 300 mil famílias são, atualmente, remanejadas compulsoriamente em razão das hidrelétricas no país (NUTTI, 2007; BESSA et al., 2009; BESSA et al., 2011). Desse total, cerca de 60% dos habitantes são da área rural em diferentes regiões e situações de sobrevivência, como ribeirinhos, posseiros, pequenos proprietários. Cerca de 40% são pertencentes a núcleos populacionais urbanos (NUTTI, 2007). Maurício Waldman (2002, p. 82) enumera alguns impactos mais recorrentes na criação de usinas hidrelétricas:

A forma com a qual é realizado o estudo das propriedades; desmatam as áreas, destroem roçados, fazem perfurações, instalam postos de mediações causando uma série de prejuízos aos proprietários que não são indenizados. (...) Alteração do curso rio e poluição das águas a jusante da barragem. O que afeta a pesca e o plantio. Alteração na ecologia; surgimento de pragas. Mudanças bruscas na região e possibilidades de terremotos. Êxodo rural e migração forçada; aumento de desemprego e violência, destruição da cultura, esfacelamento da vida comunitária.

É oportuno esboçar as legislações e concepções que demarcam quem é esse sujeito que sofre os efeitos diretos da instalação de usinas. Para que sejam emitidas licenças ambientais e a permissão para construir usinas hidrelétricas é necessária a realização do chamado Estudo de Impactos Ambientais (EIA). No caso da UHE Estreito, o EIA foi realizado em 2001, pela empresa CNEC Engenharia como condição para emissão da Licença Prévia pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O EIA relata, no quesito "impactos socioambientais", que a construção da UHE Estreito resultaria num saldo inicial de 5.937 habitantes atingidos, compreendidos em 268 famílias da zona urbana e 1.019 famílias da zona rural. Registra, também, impactos sobre 301 imóveis urbanos atingidos e 909 imóveis rurais. O Estudo reconhece e avalia os impactos ambientais e sociais para a região: "A intervenção sobre o espaço físico para implantar a UHE Estreito (TO/MA) atinge também o espaço social constituído, provocando, de modo considerável, alterações no cotidiano da população residente nas proximidades do empreendimento" (CNEC, 2001, p.67).

Além de descrever a área a ser afetada pelo empreendimento, o Estudo de Impactos Ambientais apresenta alternativas, como indenização, desapropriação por utilidade pública ou não e o reassentamento habitacional. "A desapropriação é o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização" (CNEC, 2001, p.88).

Nos termos do art. 10, da Lei 9.074/95, com a redação dada pela Lei 9.648/98, "cabe à Agência

Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica". Desde 26 de outubro de 2010, com o Decreto Nº 7.342, a ferramenta utilizada pelos estudos hidrelétricos que define quem é ou não considerado atingido é o Cadastro Socioeconômico realizado com os moradores das áreas atingidas: "Art. 1º Fica instituído o cadastro socioeconômico, como instrumento de identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica".

Dentro da compreensão sobre quem é esse sujeito que sofre os impactos, Vainer (2007), no artigo "Conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes", salienta que a noção de "atingido por barragem" não é meramente técnica ou econômica, mas, é um conceito em disputa, que diz respeito à legitimação e ao reconhecimento de direitos e demandas.

Estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa (VAINER, 2007, p.01)

No caso da UHE Estreito, ser reconhecido como atingido e, conseqüentemente, ter direito a uma compensação, foi motivo de diversas tensões entre os moradores de áreas, direta e indiretamente atingidas pelo reservatório, sociedade civil organizada e o Consórcio responsável pelo empreendimento.

A forma como o atingido é concebido, os princípios que essa concepção abarca definem as práticas

pelas quais a instituição vai reconhecer os direitos desse sujeito. Locatelli (2014) e Vainer (2009) traçaram um quadro com síntese de concepções sobre o atingido que vêm sendo utilizadas por projetos hidrelétricos desde os anos 1980, definindo as principais características e por quais instituições são usadas:

**Tabela 01.** Concepções sobre Atingido por Barragens

Concepção	Características	Tendência de uso
<b>Territorial – patrimonialista</b>	Direito de desapropriação por interesse público; “O território atingido é concebido como sendo a área a ser inundada e a população atingida é constituída pelos proprietários fundiários da área a ser inundada”; Indenização mediante títulos.	Empreendedores Bndes.
<b>Hídrica</b>	Efeitos do empreendimento estritamente a área a ser inundada. Exclui os que não têm área alagada, mas têm sua estrutura produtiva prejudicada.	Bndes; Legislação; Empreendedores; MME; Aneel; Ibama; Eletrobas.
<b>Mudança social</b>	Empreendimento como mudança social nos planos econômico, político, cultural e ambiental, em várias dimensões e escalas espaciais e temporais.	Parte da literatura acadêmica, movimentos sociais, MAB, Banco Mundial, Comissão Mundial de Barragens.

Fonte: Locatelli (2014); Vainer (2009).

Como se pode observar no quadro, a concepção sob um ponto de vista de mudança social con-



sidera, além das mudanças físicas e territoriais que o alagamento em sentido estrito acarreta, também, as outras instâncias mais subjetivas pelo qual o atingido é submetido. Essa concepção é um ponto de partida dos movimentos sociais que atuam na causa, como a do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que luta pela garantia do direito dos atingidos por barragens no país. O mérito dessa abordagem é considerar dimensões além das financeiras e de recompensas materiais. Entende que o processo que envolve a instalação de hidrelétricas, remanejamento da população, mudança no cenário habitado implica também em mudanças estruturais das comunidades ribeirinhas, que adentram em outros campos imateriais como o cultural, da memória, da tradição, da religiosidade e do simbólico.

Ao colocar-se em questão o complexo campo de poder que a instalação de usinas hidrelétricas está inserida, de negociações, acordos e jogos de forças, vem à tona também a percepção sobre a visibilidade que tais diferentes sujeitos, que fazem parte desse processo, têm nos processos de tomada de decisão ou mesmo no debate midiático, em que reverberam essas múltiplas vozes.

Algumas impressões, angústias e percepções sobre a UHE Estreito foram captadas no documentário "Tocantins: Rio Afogado" (2005)<sup>1</sup>, o qual se toma como referência aqui para observar-se os relatos de atingidos sobre as mudanças que a barragem traria.

---

<sup>1</sup> O documentário é uma co-produção do diretor João Luiz Neiva Brito, Virtual Criação & Produção, TV Palmas e Fundação Padre Anchieta -TV Cultura, com o intuito de discutir ecologia e desenvolvimento socioeconômico, a partir da problematização de três projetos de construção de usinas hidrelétricas ao longo do rio Tocantins (uma hidrelétrica em funcionamento há 10 anos, Serra da Mesa -GO, uma em fase de construção, Peixe-Angical -TO, e uma em processo de licenciamento ambiental, a de Estreito -MA).

Depoimentos que não costumam encontrar espaço na mídia tradicional, como o exemplo do relato de Raimundo Vicente, morador da Ilha de São José, no município de Babaçulândia- TO, que mais tarde praticamente desapareceria submersa pelas águas do reservatório.

Aqui a Ilha de São José é habitada de babaçu, é habitada de criação; aqui nós temos nossa lavoura que produz diariamente. Essa barragem vai acabar com tudo, com tudo completamente e agora o que vamos fazer? Além da terra, essa natureza que a gente muito ama. Um velho que nem eu que posso dizer fui acabado de criar aqui, cheguei aqui com a idade de 12 anos e tô com a idade de 66 anos conheço muito bem o modo de se labutar aqui e o amor que todos nós tem aqui. Dinheiro nenhum nos vai pagar, a indenização, dinheiro nenhum paga nem a nossa amizade que a gente tem com a terra quem dirá o valor da terra, da criação e da produção (sic) (TO-CANTINS, 2005).

O município de Babaçulândia foi o mais atingido pela usina de Estreito. Cerca de 193 imóveis atingidos e uma área de 7.286 hectares alagada, de acordo com o previsto no EIA (2001). "Trata-se de um impacto de natureza negativa causado diretamente pelo empreendimento, cuja duração é permanente, sendo também localizado, irreversível, de ocorrência certa e imediata" (CNEC, 2001, p.126). Raimundo Vicente problematiza, em seu relato, além do valor monetário da propriedade, o fator da subjetividade, do apego e amor à terra, que é imensurável no quesito que compõe o valor da indenização no processo de desapropriação e remanejamento das famílias atingidas.

Em outro relato, a ribeirinha Maria Barros também apresenta angústias e incertezas quanto à proximidade da concretização da barragem, à época da

gravação do documentário, em 2005: “O que acho é que não vem nada bom não. Na minha gestão só vem o que é ruim, mas a palavra da gente não vale coisa nenhuma se é que eles querem fazer. Que que adianta a gente dizer que não quer se passam por riba de todos os dito?” (sic) (TOCANTINS, 2005). A ribeirinha demonstra a fragilidade que sente enquanto indivíduo frente à grandiosidade que o empreendimento representa. Nessa disputa de poder, entre os atores sociais envolvidos, ela reconhece a mínima possibilidade do atingido ser escutado e atendido. Ela também externa seu sentimento em relação ao rio, sua perspectiva pessimista para o futuro, corroborando com o nome e ideia, fio condutor do documentário, de um rio afogado:

A saudade, as lembranças, isso não vai apagar nunca no meu coração, só em pensar até choro. Convivi demais com o rio. Não tô mais convivendo porque não tenho mais muita coragem de ir lá em baixo, mas daqui tô matando minha saudade de olhar pra ele toda hora, vai acabar tudo né? Vai acabar o nome de rio Tocantins, rio afogado e morto também porque ele não significar mais nada (sic) (TOCANTINS, 2005).

Ser reconhecido como atingido, ter direito a uma indenização e/ou ser remanejado para outra localidade é um processo complexo, que perpassa à questão que a legislação abarca. De acordo com os depoimentos expostos no documentário, envolve questões mais umbilicais sobre o homem e seu território, seu espaço, que não encontram lugar nas negociações e acordos entre os atingidos e o empreendedor.

Enquanto sujeitos individualizados, a conquista por demandas e direitos torna-se mais árdua do que quando articulados em associações e movimentos sociais. Por isso é interessante observar como o Movimento dos Atingidos por Barragens constrói, além de

suas articulações, suas Formações Discursivas sobre os sujeitos e temas discutidos no caso da UHE Estreito, inclusive sobre o próprio indivíduo atingido.

## 2. O Movimento dos Atingidos por Barragens

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980 novos movimentos sociais eclodiram no Brasil, como movimentos das mulheres, ecológicos e pacifistas. Nesse contexto em que surgiam várias forças de trabalhadores como o Movimento Sem Terra, a Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores, a organização dos atingidos por barragens dava seus primeiros passos.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) teve raízes nos focos de resistência locais de usinas do Tucuruí (PA); Itaipu (binacional com Paraguai), Itá e Machadinho, no sul no país; Sobradinho e Itaparica, na região nordeste. Nessas regiões os atingidos iniciaram revoltas, lutas por indenização e formaram organizações locais e regionais de resistência. A partir de março de 1991 o MAB se consolidou como um movimento autodenominado nacional, popular e autônomo, de massa, com direção coletiva, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais.

Atualmente o MAB está organizado em 16 estados do Brasil (BA, CE, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RO, RS, SC, SP e TO). Levanta bandeiras pelos direitos dos atingidos por barragens, por um modelo energético popular que leve em conta as necessidades do povo. Defende o lema “Água e energia não são mercadorias! Água e energia são para soberania!”. O MAB está organizado nos grupos de base e possui coordenações em nível local, estadual e nacional. De acordo com o movimento, participam dos grupos de base todas as famílias ameaçadas ou atingidas, direta e indiretamente, por barragens.

## 2.1. *Produção Discursiva no Site do MAB*

A comunicação do MAB é executada por um Coletivo, com sede em São Paulo, composto por uma equipe de quatro jornalistas e conta com a colaboração de militantes do movimento espalhados em diversas cidades do país.

O site [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br), escolhido para esta análise, funciona como uma ferramenta institucional do movimento, como porta-voz das ações realizadas nas lutas em prol dos atingidos por barragens de todo o país, denunciando perdas de direitos e destacando as conquistas alcançadas pelo movimento. O site é, muitas vezes, utilizado como fonte secundária por jornalistas na produção do noticiário sobre a atuação de hidrelétricas.

Os movimentos sociais (MS) buscam construir e manter meios próprios que divulguem suas ideias e suas políticas. Desconfiam dos primeiros (os meios de comunicação de massa) e compartilham muitas posturas com os meios radicais. Como meios de organização, não precisam justificar-se na pseudo-neutralidade dos primeiros, mesmo que pratiquem a denúncia crítica dos terceiros. Essa denúncia crítica está centrada, geralmente, nos temas específicos da agenda do movimento, enquanto os meios radicais abrem e ampliam sua agenda a temáticas diversas (VIZER, 2007 p.33-34).

O site em análise data o início de postagens de notícias a partir de 2009. Além de postagens sobre barragens, ordenadas de acordo com as cinco regiões geográficas do país, é possível acessar também outras produções institucionais do movimento, como o jornal institucional "Jornal do MAB", entrevistas em áudio, poesias, músicas, *jingles*, vídeos, cartilhas, fotos; assim como um acervo de publicações acadêmicas sobre hidrelétricas, como livros, dissertações, teses e artigos.

Para este estudo foram mapeadas, primeiramente, a totalidade de 33 notícias jornalísticas do *site* que fazem menção à UHE Estreito, no período de 2010 a 2013 (período que compreende das fases de instalação ao início de operação da usina). Do total das 33 notícias, 18 se referiam especificamente à UHE Estreito e, destas, 10 se encaixam no recorte temporal especificado no estudo: 2010 (início do enchimento do reservatório), 2012 (contexto da inauguração da usina) e 2013 (desdobramentos pós-inauguração usina). Chegou-se, assim, ao seguinte *corpus* de análise no *site* do MAB (Veja Tabela 02).

## 2.2. *Quem fala e o sobre o que se fala no site do MAB?*

Em sua aula inaugural no *Collège de France*, Foucault (2009) levanta alguns apontamentos sobre a Ordem do Discurso. O primeiro deles é o pressuposto de que a produção do discurso em toda sociedade é “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2009, p.8). Nessa obra, Foucault elenca procedimentos externos e internos de exclusão do discurso. Segundo ele, a palavra proibida (interdição), a segregação da loucura (separação) e a vontade de verdade são os três grandes sistemas de exclusão e que se apoiam sobre um suporte institucional.

**Tabela 02.** Notícias *site* do MAB sobre a UHE Estreito, selecionadas para análise

	Título na notícia	Data de publicação
1	Atingidos por barragens realizam acampamentos na próxima semana	12 mar 2010
2	Atingidos por barragens reforçam acampamento de 9 meses no Tocantins	16 mar 2010
3	Atingidos por barragens continuarão mobilizados rumo a Brasília	18 mar 2010
4	Atingidos pela UHE de Estreito realizam marcha por direitos em Tocantins	19 ago 2010
5	Atingidos pela UHE Estreito continuam marcha por direitos	30 ago 2010
6	Marcha dos atingidos chega a Estreito	02 set 2010
7	Atingidos pela barragem de Estreito cobram resolução de problemas	15 mar 2012
8	Atingidos por Estreito entregam pauta à presidenta Dilma	20 out 2012
9	Ministro da Pesca e Aquicultura inaugura salas multiuso em Estreito	25 fev 2013
10	Atingidos trancam hidrelétrica de Estreito, em Tocantins	11 jul 2013

Fonte: [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)

Foucault (2009, p. 37) aponta que os procedimentos de controle (seleção, organização e redistribuição da produção) funcionam como rarefação do discurso, da “rarefação dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. E destaca três coerções do discurso: as que limitam seus poderes; as que dominam suas aparições aleatórias e as que selecionam os sujeitos que falam.

Recorre-se, para esta análise, também ao conceito de Foucault (2000) sobre formação discursiva, que objetiva desvendar o funcionamento das regras de formação de cada constituição em particular, buscando a regularidade em meio à dispersão. Estas regras passam pela descrição dos níveis de construção discursiva: Objetos, Modalidades Enunciativas e Conceitos. Tratando da formação das Modalidades Enunciativas Foucault (2000) aponta que é preciso descrever uma coexistência de enunciados dispersos visando buscar sua articulação e determinar as regras que permitem a existência de enunciações diversas. Estas regras remetem a questões como:

1. Quem fala? Quem, entre todos os sujeitos falantes possui legitimidade para enunciar?;
2. 2) De quais lugares institucionais ele obtém o seu discurso? De qual lugar advém tanto os objetos e enunciados quanto sua legitimidade?;
3. 3) Que posições o sujeito ocupa em relação aos domínios ou grupos de objetos?

Estes três questionamentos põem o discurso novamente em um jogo de relações, uma prática que articula *status*, lugares e posições e, em plena expressão discursiva, produz um campo de regularidades para as diversas (e dispersas) posições de subjetividade (FOUCAULT, 2000).

No quadro-resumo a seguir são identificados, nas 10 notícias analisadas, quem é o sujeito que fala, quem é qualificado para falar; quem obedece aos critérios que regem o discurso. Em todas as 10 notícias, pelo menos um dos membros da coordenação



no MAB ou de outra instituição civil organizada, tem sua voz no texto veiculado. Apenas em uma, do total das notícias analisadas, o atingido ("pescadores", que não necessariamente membro do Movimento) foi ouvido e pôde detalhar o posicionamento perante a construção da UHE Estreito. Em um dos registros um membro do Estado (Ministro da Pesca) também fala, ao elogiar o MAB. Veja tabela 3 na página seguinte.

**Tabela 3** - Sujeitos que falam no site do MAB

<b>Esfera</b>	<b>Quem Fala</b>	<b>Recorrência das falas dos sujeitos nas notícias em análise</b>
<b>Estado</b>	Ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella	1
<b>Mercado</b>	-----	0
<b>Sociedade</b>	"Pescadores"	1
<b>Sociedade Civil Organizada</b>	Cirineu da Rocha, coordenador regional do MAB;	8
	Flávio Gonçalves, coordenador do Movimento	1
	José Josivaldo Alves, da coordenação nacional do MAB	2
	Luiz Moura, presidente da Associação de Pescadores Cooperatins	2

Fonte: Elaborado pela autora

Na análise do diagnóstico sobre o que se fala, observa-se que a principal temática na produção do noticiário do MAB permeia sobre ações de táticas de resistência do movimento contra as hidrelétricas, como marchas, manifestações, acampamentos, denúncias e as evidências das conquistas alcançadas.

Para o MAB, os direitos dos atingidos são garantidos graças à mediação do Movimento com o empreendedor. Enunciados do tipo “‘Lutaremos pelos nossos direitos até que tenhamos condições mais dignas para viver’, declarou José Josivaldo Alves, da coordenação nacional do MAB” (MAB, 18/03/2010), funcionam como regularidades que marcam o lugar institucional do Movimento como militância ativa, que atua quando o Estado deixa de prover os direitos do cidadão; marca observada, também, em outros enunciados, como na fala do coordenador do movimento:

A barragem de Estreito é o exemplo do que não pode acontecer com um rio, com as pessoas e com o meio ambiente. Essas empresas simbolizam a ganância dos capitalistas sobre os nossos recursos naturais, além disso, elas negam nossos direitos, e com recursos do BNDES, estão transformando o rio Tocantins num imenso lago (MAB, 18/03/2010).

A visão do noticiário do MAB sobre o Consórcio Estreito Energia é de que o CESTE é “dono da barragem”, evidenciando que as empresas que compõem o Consórcio são multinacionais e que não se preocupam com o bem-estar da população local. “O consórcio é formado pelas empresas Suez, Vale, Alcoa, BHP Billiton Metais e Camargo Corrêa Energia. São todas transnacionais que não se importam com a vida das pessoas, apenas com o lucro que

a usina vai gerar, por isso não vamos arredar o pé" (MAB, 18/03/2010).

Há também uma queixa recorrente nos enuncia- dos da falta de diálogo entre os atingidos e o CESTE. A população local, na outra extremidade do pro- cesso, não participaria plenamente da tomada de decisões sobre a Usina:

Ao invés de discutir os direitos dessas categorias, as empresas vêm cooptando, articulando falsas lide- ranças para confundir e dividir as comunidades, pro- metendo empregos, prestação de serviços, doando recursos para festas, computadores, carros e outras coisas (MAB, 19/08/2010).

Na ocasião da inauguração da usina, o *site* pu- blicou em 20 de outubro de 2012, a notícia intitulada "Atingidos por Estreito entregam pauta a presidenta Dilma".

Durante a inauguração da UHE Estreito, nesse 17 de outubro (quarta-feira), a presidenta Dilma Rousseff re- cebeu a pauta do Movimento dos Atingidos por Bar- ragens (MAB). A pauta é resultado de anos de luta e organização das famílias atingidas por esta barragem que em muitos momentos sofreram por falta de diálo- go e intransigência dos representantes dos CESTE, dona da barragem. Desde o início das obras, os atingidos já fizeram mais de três acampamentos e uma mar- cha de mais de uma centena de quilômetros sempre na busca da terra e das condições de sobrevivência das famílias. A presidenta se comprometeu em dar os devidos encaminhamentos principalmente no tocante a terra para as famílias cadastradas pelo INCRA e no desenvolvimento do projeto do pescado. 'Estreito é um marco para o setor elétrico brasileiro e para pesca, pois foi a partir do processo de luta dos pescadores que os mesmos foram reconhecidos como atingidos. Para pensar, propor, construir o desenvolvimento é ne-

cessário dialogar, garantir o direito das famílias atingidas', afirmou Cirineu da Rocha, militante do MAB. (MAB, 20/10/ 2012)

Diferentemente do enfoque que os veículos da grande mídia deram à notícia – a inauguração propriamente dita da Usina – o site do MAB deu enfoque à pauta que estava sendo entregue à Presidenta, recapitulando os anos de luta do movimento e a falta de diálogo dos representantes do Consórcio. Na fala, o militante do MAB reconhece a importância do empreendimento para o país e situa o Estado no lugar institucional de responsável pelo empreendimento e pela situação de vida dos atingidos. Reforça o lugar institucional do Movimento de mediador nas conquistas do direito das famílias atingidas por meio do diálogo e ações.

Para o MAB fica bem definido quem é cada sujeito de cada esfera considerada neste estudo. Na visão do Movimento, o Estado é responsável pela barragem e pela condição de vida dos atingidos - que sofrem os efeitos negativos e compensações que possam vir a surgir; o Consórcio Ceste é o "dono da barragem", composto por empresas multinacionais que se preocupam mais em gerar riquezas em benefício próprio do que com a comunidade local; a sociedade civil, que antes vivia do rio, sofre os efeitos negativos da barragem e só consegue ter esses impactos mitigados graças à mediação e atuação do MAB.

Das Modalidades Enunciativas observadas nesse grupo de notícias, os sujeitos autorizados a falar são os coordenadores do próprio movimento, em nível regional ou local, já que o que se pretende dizer autorrefere-se ao MAB. Excluem-se, nessa constatação, as falas de representantes do Estado, do Consórcio e,

inclusive, de membros da sociedade civil, enquanto indivíduos.

A pauta do MAB centra-se principalmente nas ações táticas enquanto sociedade civil organizada, como caminhadas, marchas e avanço nas negociações. Observa-se que, embora a coletividade e articulação do Movimento garantam as conquistas e alguma participação nos espaços em que são permitidos, a fala do sujeito atingido, propriamente dito, tem pouca visibilidade também na produção noticiosa do MAB. Os sujeitos autorizados e legitimados a falar quase sempre são as lideranças do Movimento.

O indivíduo atingido encontra poucos espaços de reverberação de suas impressões, subjetividades e demandas, seja na grande mídia ou mesmo em canais institucionalizados de movimentos sociais. Notam-se regularidades discursivas enquanto tipos de rarefações e silenciamentos nos discursos quando a fala desse sujeito atingido, no conjunto dos enunciados, praticamente não aparece, mesmo tratando-se da produção noticiosa da instituição porta-voz de sua condição.

### 3. Considerações

Observa-se que esse conjunto de notícias sobre as atividades do MAB frente às empresas e consórcios de produção de energia tecem uma linha narrativa de resistência tanto a nível nacional quanto localmente. Percebe-se também como recorrente a busca pelo ponto de equilíbrio entre as partes que fazem parte das negociações (Movimento x Concessionário); no entanto, é sempre frisado que quaisquer acordos são obtidos via luta e mobilização do MAB.

Identificando-se a Formação dos Objetos desse grupo de análise tem-se que as principais construções

marcadas, recorrentemente, no discurso do MAB são a de pressão sobre o governo (dono da barragem), a falta de diálogo do empreendedor com os atingidos, a visão de que as multinacionais se preocupam com o lucro, enquanto a comunidade local está na miséria, e, principalmente, que as manifestações do MAB (como marchas) conseguem respostas positivas junto aos empreendedores, como o agendamento de reuniões para discutir as pautas de reivindicações, e até conseguir, de fato, que elas sejam atendidas.

Reitera-se que a análise das formações de um discurso pressupõe estudo de práticas, de disputas, de processos, por isso, não estanques. Podem-se perceber, por ora, alguns elementos recorrentes nas formações discursivas que tendem a ser refletidos no brilho da visibilidade por parte da produção noticiosa do próprio MAB.

Sob a luz dos estudos de Foucault (2000), entende-se, nestas análises que essas construções emergem de relações entre verdades, saberes, práticas sociais e instituições; daí a necessidade de compreender as condições de existência desses discursos. Percebe-se que as formações discursivas construídas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, sob a égide da luta de “Água e energia são para soberania!”, pressupõe certa visibilidade dos que sofrem os impactos da hidrelétrica enquanto um grupo que encontra no Movimento da sociedade civil organizada espaço de legitimação de lutas. O MAB posiciona-se acusando e cobrando a esfera do Mercado e pressionando o Estado para a retomada da ordem e a garantia dos direitos que foram prejudicados em prol do discurso do desenvolvimento do país.

Pondera-se, no entanto, que embora o MAB seja uma entidade representativa, não representa a unanimidade dos sujeitos atingidos nem abarca as suas impressões individuais; trata-se de um tipo de rarefação do discurso, recorrentemente reproduzida como prática em relação ao cidadão comum (uma regularidade discursiva). Também se reconhece que há contradições entre o MAB e outras organizações da sociedade civil no entorno da UHE Estreito. Nos processos de tensões e negociações que envolvem a sociedade, o MAB, o CESTE e o Estado há oscilações entre conflitos, acordos, estratégias e táticas que compõem uma delicada teia de relações.

Por outro lado, do ponto de vista da comunicação dos movimentos sociais identifica-se que há uma contribuição para o jogo democrático, que implica em alguma forma de participação popular.

A participação popular pode facilitar o devir de uma nova práxis da comunicação. A participação e a comunicação representam uma necessidade no processo de constituição de uma cultura democrática, de ampliação dos direitos de cidadania e da conquista da hegemonia, na construção de uma sociedade que veja o ser humano como força motivadora, propulsora e receptora dos benefícios do desenvolvimento histórico (PERUZZO, 1998).

Cabe, ainda, considerar que nos processo de instalação de barragens não existe igualdade de condições no debate, de vozes, de isegoria, por meio das ferramentas democráticas previamente institucionalizadas, que poderiam legitimar os sujeitos envolvidos como, por exemplo, comitês de cogestão e audiências públicas, o que nem sempre se realiza plenamente. Os processos concernentes à instalação

de uma usina hidrelétrica ocorrem em paralelo às representações que são dadas às práticas. No entanto, pressões e lutas em nível simbólico, em que instituições e sujeitos ganham espaço e visibilidade na esfera midiática (articuladora desses múltiplos discursos), podem influenciar na conquista de direitos, como o das famílias remanejadas; podem alterar e promover uma revisão sobre como o processo pode ser reconduzindo, de forma mais justa, e remoldar os procedimentos a serem adotados, inclusive em futuros empreendimentos de mesma natureza.

## Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Relatório de Fiscalização da ANEEL dez 2014**. ANEEL, 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS ANAB. **Cartilha As Lutas dos Atingidos por Barragens por Direitos Humanos**. ANAB, 2013. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/publicacao/cartilha-lutas-dos-atingidos-por-barragens-por-direitos-humanos>. Acesso em 04 ago. 2014.

BESSA, N. G. F. de.; MOTA, J.A.; RODRIGUES, W. e outros. Foro de Negociação do AHE Peixe Angical, Tocantins: Uma inovação em empreendimentos hidrelétricos no Brasil. In: BESSA, N. G. F. de; MOTA, J. A.; PATO, C. (Orgs.). **Relocação Rural na Hidrelétrica de Peixe Angical, Estado do Tocantins**: Distintos Olhares da Sociedade. Gurupi-TO: Editora Cometa/Fundação Centro Universitário UnirG, 2009. p. 15-41.

BESSA, N. G. F. de.; PEREIRA, A. G.; ZITZKE, V. Aquino. Foro de Negociação e Comitês de Cogestão em empreendimentos hidrelétricos no Brasil: uma análise sob a perspectiva da governança, do controle social e da participação cidadã. **Sustentabilidade em Debate**, v. 2, n. 2, p. 115-134, jul/dez 2011

TOCANTINS: Rio Afogado. Direção: H. BRITO; J. L. N. BRITO. Brasil: Cultura, 2005. DVD. 55 min.

CNEC Engenharia S. A. **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica de Estreito**. São Paulo: CNEC, 2001.



FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no *Collège de France*. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19ª ed., São Paulo. Ed. Loyola, 2009.

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e Barragens**: O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação de hidrelétricas. Florianópolis: Insular, 2014.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: 10 fev. 2014

NUTI, M. R. **Análise das estimativas de população atingida por projetos hidrelétricos**. In: VERDUM, Ricardo. Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais. Brasília: INESC, 2007.

PERUZZO, Cecília K. **Comunicação nos Movimentos Populares**: a participação na construção da Cidadania. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

VAINER, C. B. **O conceito de Atingido**: Uma revisão do debate e diretrizes. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.observa-barragem.ippur.ufrj.br/publicações>>. Acesso em: 02 maio 2014.

VIZER, E. A. Movimentos Sociais: Novas Tecnologias para Novas Mili-tâncias. In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo (Orgs.). **Mídia e Movimen-tos Sociais**: Linguagens e coletivos em ação. São Paulo: Paulus, 2007.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

### **Carla Reis Longhi**

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Pós-doutora em Comunicação Social pela Universidad Complutense de Madrid. Professora concursada do Depto. de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Universidade Paulista.  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4393774880761973>

### **Lígia Regina Guimarães Clemente**

Mestre em Comunicação e Cultura Midiática pela Universidade Paulista (UNIP). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É editora de publicações da Universidade Federal do Maranhão.  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2218799242139838>